



A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor  
Nome: Alberto Damasceno  
E-mail: albertod@ufpa.br  
Instituição Universidade Federal do Pará, Brasil

Submetido: 22/03/2019  
Aprovado: 28/05/2019  
Publicado: 31/07/2019

[doi> 10.20396/rho.v19i0.8654999](https://doi.org/10.20396/rho.v19i0.8654999)  
e-Location: e019035  
ISSN: 1676-2584



## ORDEM PARA AS MULHERES, PROGRESSO PARA OS HOMENS: A EDUCAÇÃO FEMININA NA PERSPECTIVA DE JOSÉ VERÍSSIMO

Alberto Damasceno<sup>1</sup>

Luane Tomé<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo resultou de um projeto de pesquisa sobre a história da educação no Pará, e tem como objetivo principal compreender a concepção de educação da mulher para José Veríssimo. Para atingi-lo desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica utilizando como fonte principal a obra “A Educação Nacional”, escrita em 1890, de autoria do escritor, jornalista e historiador literário José Verissimo Dias de Mattos. Entre os principais resultados do estudo, descobrimos que o papel atribuído à educação feminina se configurava como uma estratégia pensada pelos republicanos tendo em vista a construção de uma sociedade moderna e civilizada. Nesse sentido, as propostas de educação feminina de Veríssimo representaram avanços incontestes; entretanto, mesmo assim, a educação destinada às mulheres ainda se limitava a um benefício à gestão do lar e à formação dos filhos, além do apoio mais qualificado às iniciativas do marido, chefe da família.

**PALAVRAS-CHAVE** José Veríssimo. Educação da mulher. Primeira República.



## ORDER FOR WOMEN, PROGRESS FOR MEN: FEMININE EDUCATION IN THE PERSPECTIVE OF JOSÉ VERÍSSIMO

### Abstract

This article resulted from a research project about the history of education in Pará, and the main objective is to understand the conception of women's education to José Veríssimo. To achieve that we developed a bibliographical research using as main source the book "The National Education", written in 1890, authored by the writer, journalist and literary historian José Verissimo Dias de Mattos. Among the main results of the study, we found that the role attributed to female education was configured as a strategy thought by Republicans to build a modern and civilized society. In this sense, the proposals of feminine education of Veríssimo represented uncontested advances; nevertheless, education for women was still limited to a benefit to the management of the home and to the upbringing of children, as well as more qualified support for the initiatives of her husband, the householder.

**Keywords:** José Veríssimo. Women's education. First Republic.

## ORDEN PARA LAS MUJERES, PROGRESO PARA LOS HOMBRES: LA EDUCACIÓN FEMENINA EN LA PERSPECTIVA DE JOSÉ VERÍSSIMO

### Resumen

Este artículo resultó de un proyecto de investigación sobre la historia de la educación en Pará, y tiene como objetivo principal comprender la concepción de educación de la mujer para José Veríssimo. Para alcanzarlo desarrollamos una investigación bibliográfica utilizando como fuente principal la obra "La Educación Nacional", escrita en 1890, de autoría del escritor, periodista e historiador literario José Verissimo Dias de Mattos. Entre los principales resultados del estudio, descubrimos que el papel atribuido a la educación femenina se configuraba como una estrategia pensada por los republicanos para la construcción de una sociedad moderna y civilizada. En ese sentido, las propuestas de educación femenina de Veríssimo representaron avances incontestables; sin embargo, la educación destinada a las mujeres aún se limitaba a un beneficio a la gestión del hogar ya la formación de los hijos, además del apoyo más calificado a las iniciativas del marido, jefe de la familia.

**Palabras clave:** José Veríssimo. Educación de la mujer. Primera República.



## INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultante de uma pesquisa mais ampla sobre a história da educação no Pará na Primeira República, que tinha como objetivo inicial realizar uma abordagem investigativa acerca dos agentes higienistas no Pará. Entretanto, buscando desenvolver uma análise de conteúdo que Constantino (2002, p. 186) designa como um “[...] conjunto de técnicas cuja aplicação, através de procedimentos sistemáticos, visa produzir inferências [...]”, descobrimos o importante papel que a mulher desempenhava no processo de formação das crianças e jovens, especialmente nas obras de José Veríssimo, um agente higienista com grande destaque no alvorecer da República. Neste sentido, nosso interesse se modificou e se dirigiu a esta temática de aprofundamento dos estudos sobre a educação da mulher, sintetizando os importantes avanços que ocorreram neste âmbito no decorrer da Primeira República.

Descobrimos que na Primeira República a educação era tida como instrumento capaz de colocar a nação nos trilhos do progresso e, nesse contexto, a escola teria um papel de destaque na formação dos novos cidadãos, visto que era por meio da mesma que seriam disseminados os ideais republicanos para a formação de uma nova sociedade, moderna e civilizada, marcada pelo cultivo, nos cidadãos, do sentimento de amor e pertencimento à pátria. Essa ideia é corroborada por Alves que assinala: “[...] no século XIX o sentimento de nacionalidade recebeu grande impulso e diferentes intelectuais brasileiros se ocuparam do tema da nação e da nacionalidade.” (ALVES, 2006, p. 65). Deste modo, é nesse contexto de transformação social que abordaremos o tema da educação feminina.

Também observamos que a educação nacional recebeu mais atenção dos republicanos, e as mulheres acabaram sendo beneficiadas com esse processo, uma vez que a educação feminina era uma das pautas para o avanço social esperado pelos republicanos. Nesse contexto de criação de uma nova sociedade com novos costumes, Veríssimo dedicou algumas passagens de sua obra “A Educação Nacional” para tratar da educação das mulheres, apontando a necessidade de mudança nos objetivos da instrução oferecida a elas. Como já mencionamos, este artigo foi desenvolvido a partir de materiais já elaborados, como livros e artigos científicos (GIL, 1996, p. 44) e se utiliza da obra intitulada “A Educação Nacional” escrita por José Veríssimo como base bibliográfica, além de usarmos referências como Alves (2006), Santos (2008), entre outros.

## A MULHER NA NASCENTE REPÚBLICA

No cenário de mudanças promovido pelas transformações no modo de produção capitalista na passagem do século XIX para o século XX,

[...] a sociedade brasileira assistiu a um esforço por parte de suas elites no sentido de transformar o país em uma nação civilizada e moderna, típica dos novos tempos pelos quais o mundo atravessava. Com a premissa da ordem e progresso se desejava



superar o atraso de uma população ainda acostumada a comportamentos e hábitos os quais fazia-se necessário extirpar. (DAMASCENO *et al.*, 2019, p. 572).

Isso, sem dúvidas, abriu lacunas sociais importantes que puderam ser ocupadas pelas mulheres a partir de suas lutas por emancipação. Entretanto, se, em um primeiro momento, a mulher integrante das classes dominantes foi a que melhor se aproveitou dessa situação por ter mais privilégios na composição social e nas lutas políticas do que a mulheres de classes mais baixas, essas possibilidades acabaram por abranger outros segmentos sociais no decorrer do tempo. Pois, em contrapartida, “[...] difundiu-se a concepção de mulher como ‘potência civilizadora’, como a ‘redentora’. Estabeleceu-se o mito de que ‘por trás de qualquer grande homem existe uma grande mulher’.” (TAMBARA, 1997, p. 69).

A ideia da mulher como alguém que deveria viver em função do lar não surgiu com o Império. Segundo Oliveira (2009), à figura feminina ficou reservada a missão de cuidar da prole e preservar a harmonia do lar, enquanto à figura masculina cumpria o papel de trabalhar e prover o sustento da família. Dessa forma, “[...] ao homem cabia o espaço público enquanto à mulher cabia o espaço privado [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 9), daí nossa proposição titular de que a “ordem” servia para as mulheres, enquanto o “progresso” era uma prerrogativa masculina, pois

[...] a mulher deveria cultivar-se para viver em sociedade e ser agradável ao homem, porém não poderia concorrer com ele profissional e intelectualmente, pois isso seria ultrapassar os limites da segurança social e ela representaria um risco se lhe fosse dado liberar-se economicamente do marido ou dos pais e tornar-se-lhe igual no intelecto. (ALMEIDA, 1998, p. 119).

Tal concepção permanece ao longo dos séculos seguintes e acompanha as transformações sociais, fato que é confirmado com os estudos de Almeida (1998), ao destacar que, nos séculos XVII e XVIII, a sociedade continuava a disseminar a imagem da mulher como uma figura abnegada, a qual, tendo no papel materno o “[...] principal interesse dos homens e da pátria, deveria ser pura e assexuada e nela repousariam os mais caros valores morais, éticos e patrióticos.” (ALMEIDA, 1998, p. 19). Com isso, “[...] tornava-se ela principal, senão exclusivamente, um mero objeto de prazer e gozo.” (VERÍSSIMO, 1985, p. 119).

É com base nessa concepção de mulher que a educação começa a ser oferecida ao público feminino no Brasil, com vistas a formar “esposas” e “donas do lar” nos moldes esperados pela sociedade patriarcal, adotados de Portugal, cujas bases da educação guiaram “[...] nosso sistema educacional durante séculos. Naquele país, as mulheres eram consideradas inferiores e, portanto, não deveriam ter acesso à educação.” (OLIVEIRA, 2009, p. 32). Em Portugal, por exemplo, Pintassilgo e Mogarro (2008, p. 1) assinalam que o modelo de educação da mulher

[...] contemplava uma componente específica que habilitava a mulher para o desempenho de papéis sociais que lhe eram atribuídos – a mulher devia assegurar o bem-estar e a harmonia da estrutura familiar, zelando pela gestão da casa, evidenciando atitudes de solicitude face ao chefe de família e preocupando-se com a



educação dos filhos. O seu espaço era, de forma naturalizada, o espaço doméstico, onde se afirmava como pilar da família.

Proclamada a República, poucas modificações aconteceram, principalmente em suas primeiras décadas, sobretudo no que tangia ao direito à participação na vida política. Destinando, então, a permanência das mulheres no ambiente doméstico condicionada às responsabilidades do lar. Além disso, o voto, conquista importante para a participação política dos cidadãos, não foi explicitamente permitido às mulheres, possibilitando o atraso do exercício a esse direito. A respeito disso, Buonicore (2017) explica que

O voto feminino foi um dos temas tratados pelos deputados que elaboraram a primeira Constituição Republicana (1891). Contudo, o texto final acabou não deixando clara a situação política da mulher. Ele não proibia explicitamente o voto feminino, mas também não o garantia de maneira clara. A proposital ambiguidade de sua redação possibilitou que a grande maioria dos legisladores e o próprio poder judiciário interpretassem ao seu bel prazer o que pretendiam os constituintes. Isso excluiu as mulheres do processo político-eleitoral por várias décadas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a educação em geral também não era vista como um direito líquido e certo, garantido pela República; propagava-se a concepção veiculada nos diversos espaços, inclusive os escolares, sendo oferecida uma educação voltada para o desenvolvimento do intelecto. Desse modo, a educação feminina foi, por muito tempo, diferente daquela oferecida aos meninos, pois se acreditava que às mulheres caberia o papel de cuidadora do lar e da família. A educação destinada às mulheres “[...] restringia-se às prendas domésticas, à prática da virtude e da obediência.” (CANEZIN, 2004, p. 147). Segundo Oliveira (2009, p. 8), essa ideia era tão forte que

[...] grande parte da população feminina realmente acreditava que o destino das mulheres estava estritamente ligado aos sentimentos e que a racionalidade era um atributo masculino. Discussões acerca de política, filosofia e história eram enfadonhas e aquém do universo feminino. Para as mulheres a leitura ideal partiria de jornais que as educassem para a vida conjugal, dessem dicas de culinária, moda, versos de autores canonizados, de estilo literário clássico e de um teor “cor-de-rosa”, para alimentar o sonho do casamento como ideal de vida.

De acordo com Costa (2015), o novo regime atribuiu à educação um lugar de destaque, pois considerava que a mesma era um componente importante para manutenção da ordem e do controle, sendo a escola o local onde o amor e o respeito à pátria seriam incutidos nos novos cidadãos. Nesse contexto, a mulher brasileira e, conseqüentemente, a paraense teve sua educação nos moldes que “[...] reforçava suas funções essenciais de serem futuras mães e esposas, responsáveis pelas atividades do lar [...]” (COSTA, 2015, p. 44), ou seja, embora fossem consideradas figuras importantes na construção da sociedade republicana, ainda se mantinha a ideia de que a elas caberia apenas o espaço doméstico e uma formação escolar mínima que ajudasse na formação dos novos cidadãos republicanos, em especial, seus próprios filhos.

É nesse período que se iniciava o segundo momento de construção do ideário de nação que, para Alves (2006, p. 65), ocorreu “[...] logo após a independência do Brasil e mais uma vez na transição do Império para a nova ordem republicana.” Foi nesse contexto - de criação de uma nova sociedade com novos costumes – que José Veríssimo dedicou algumas passagens de sua obra para tratar da educação da mulher, apontando a necessidade de mudança nos objetivos desse modo de instrução oferecida. Tal opinião teve peso considerável no pensamento da época, pois Veríssimo foi, indubitavelmente, um importante intelectual do século XX, produzindo obras que tiveram repercussão no campo da educação, com destaque para “A Educação Nacional” publicada em 1890, onde o autor apontava mudanças que deveriam ser atendidas pelo regime republicano de modo a pensar um novo molde de educação que contribuísse para a construção dessa nova sociedade.

## O HOMEM JOSÉ VERÍSSIMO

Com vistas a demonstrar a importância do autor para a sociedade da época, notamos a necessidade de apresentar uma breve biografia de José Veríssimo. Filho único do médico José Veríssimo de Mattos e Anna Flora Dias de Mattos, nasceu em Óbidos, no Estado do Pará, no dia 8 de abril de 1857. Seu primeiro nome, original de batismo, era José Clemente, que mudou quando decidiu homenagear seu pai, passando a se chamar José Veríssimo Dias de Mattos, mas sempre adotando uma forma abreviada entre seus amigos e no exercício da literatura, sendo conhecido apenas por José Veríssimo.



**Fotografia 1-** José Veríssimo

**Fonte:** Academia Brasileira de Letras, [20--].

Com a República proclamada no final de 1889, já nos primeiros meses de 1890 José Veríssimo representava uma figura importante para a educação, pois no dia 12 de maio foi nomeado para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública do Pará (PARÁ, 1890, p. 1),





cargo que lhe permitiu a elaboração do Regulamento Escolar de 1890, publicado em julho do mesmo ano, no qual indicava os caminhos que a educação paraense deveria trilhar, dando destaque ao papel da escola e dos professores na civilização do povo: “[...] sem exagerar, é lícito dizer que a civilização de um povo depende de suas escolas. Que d’esta verdade se compenetrem os mestre-escolas paraenses.” (PARÁ, 1890, p. 45).

Também foi diretor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, chamado *Gymnasio Nacional*, entre os anos de 1892 a 1898. Além disso, contribuiu com o debate educacional da época, atuando nas redações de importantes jornais como “*O Liberal do Pará*”, “*Diário do Grão Pará*”, “*Commercio do Pará*” e a “*Republica*”. No ano de 1879 fundou seu próprio jornal intitulado “*Gazeta do Povo*”, foi também o criador da “*Revista Amazônica*”, da qual chegou a publicar onze números, onde manifestava suas indignações em relação a questões sociais e políticas.

Vale ressaltar que além de exercer os cargos na educação, Veríssimo produzia obras literárias de destaque, entre elas, “*Cenas da Vida Amazônica*”, “*Homens e Coisas Estrangeiras: 1899-1908*” e “*A Educação Nacional*”, sendo este último o texto basilar para o desenvolvimento desse estudo bibliográfico a respeito da educação destinada às mulheres no início do período republicano.

## O AUTOR JOSÉ VERÍSSIMO

Na introdução da edição de 1906 de “*A Educação Nacional*”, o autor informa o momento histórico em que o livro foi elaborado e seus anseios sobre a Primeira República. Nesse depoimento, Veríssimo (1985, p. 13) declara que:

Este livro foi escrito logo após a proclamação da República. Não me arreio de dizer que o foi com a máxima boa fé e sinceridade. Meditei-o e escrevi-o na doce ilusão e fagueira esperança de que o novo regime, que só o propósito de ser de regeneração para a nossa Pátria legítima, havia realmente de ser de emenda e correção dos vícios e defeitos de que os seus propagandistas, entre os quais me poderia contar, levaram mais de meio século a exprobar à monarquia.

Sendo um importante intelectual da época, Veríssimo participou da discussão a respeito da nação brasileira acreditando “[...] que a modernização da sociedade brasileira só poderia ser obtida através da educação.” (ALVES, 2006, p. 66). Foi neste sentido que teceu várias críticas e propôs diversas contribuições a respeito do nosso sistema educacional. Para Schelbauer (1998, p. 188) Veríssimo retrata em seu livro o

[...] teor das preocupações [que] estava vinculado à consolidação do novo regime político que, acreditava-se, levaria a efeito, conjuntamente com a nova organização do trabalho, o projeto modernizador da sociedade brasileira. Neste sentido, o advento da República e o ingresso de novos grupos étnicos fazem emergir a necessidade de criar uma alma nacional, inexistente aos olhares da época, mas necessária para impulsionar as transformações econômico-sociais em curso.



Veríssimo aborda outras culturas que, segundo ele, influenciaram negativamente o Brasil e o desenvolvimento dos costumes brasileiros. O principal destaque do autor acerca dessas influências é Portugal que, segundo ele, foi responsável por moldar as tradições no Brasil durante o período colonial, dentre elas, a educação com princípios cristãos. Silva e Dutra (2016, p. 5) destacam que

A educação da mulher destinava-se, principalmente, a moral e ao desenvolvimento de habilidades domésticas, da ordem e do controle, não se destacando a instrução escolar. Muitas mulheres, desde cedo, eram preparadas para o casamento, à prática dos bons costumes e à vida familiar.

Esse conceito de educação até então mantido e exercitado não condizia mais com o desejo de futuros anseios da política educacional na República que são explicitados pelo autor. Por isso, “A Educação Nacional” não apenas tece críticas a respeito do modelo de educação anterior à República; o livro propõe, também, sugestões e adaptações no cenário educacional. Para tanto, a obra se estrutura em oito capítulos que discorrem acerca de várias temáticas, desde a educação física e a geografia pátria até a educação da mulher brasileira, mantendo-se sempre pautada nos valores patrióticos, na cidadania e na esperança como instrumentos para a consumação de suas ideias e com a finalidade maior que seria a conquista do bem estar social e de avanços políticos na nova fase em que o país adentrava.

## **A CRÍTICA DE VERÍSSIMO QUANTO À EDUCAÇÃO FEMININA**

O sétimo capítulo do livro “A Educação Nacional” recebeu o título “A Educação da Mulher Brasileira”, e aborda a importância da figura feminina enquanto agente educativo, uma vez que, na visão de Veríssimo, a mulher é “[...] o primeiro e principal educador do indivíduo, desde o seu nascimento, e quiçá ainda em antes, até a sua morte.” (VERÍSSIMO, 1985, p. 144). Vale ressaltar que, nos séculos XIX e XX, a mulher era vista apenas como reprodutora da prole, “[...] nesse momento, a imagem construída para a mulher destacava a sua fragilidade física, da qual decorriam sua delicadeza e debilidade moral.” (SANTOS, 2008, p. 3). José Veríssimo, no entanto, considerava que a mulher exercia função além da reprodução, e não apenas declara a importância da mulher na educação nacional, mas também tece críticas à educação recebida por elas. Para tanto, relaciona o fato de que grande parte dos costumes, da cultura feminina e até mesmo a instrução recebida pelas mulheres foi uma importação da cultura de Portugal, pois

[...] a síntese da opinião portuguesa do tempo sobre a educação e comportamento da mulher, explicam suficientemente a mulher portuguesa, a sua falta de cultura espiritual, de boa educação, de trato social - e a taciturnidade e tristeza de uma sociedade em que a mulher tinha como virtude não falar. (VERÍSSIMO, 1985, p. 118).

Para Veríssimo (1985), no Brasil esses costumes foram absorvidos pela cultura e isso fez com que a mulher brasileira também vivesse banida do convívio masculino – incluindo





familiares –, convivendo somente com mucamas e escravas, em gineceus ou em suas alcovas, condicionadas também a trabalhos manuais de costura, rendas de bilro e produção de doces. Nesses ambientes, as donas de casa dirigiam as ordens para a realização dos afazeres domésticos. Nesse sentido, exerciam função de destaque somente dentro do lar e em relação às mucamas, não tendo espaço para contribuir com a sociedade de sua época, que buscava consolidar avanços por meio da educação.

Essa falta de participação mencionada pelo autor era também característica do início da República, em que o voto das mulheres não fora liberado, e a participação das mesmas era condicionada aos limites determinados pelos homens. Nesse sentido, a mulher da nascente República vivia a partir de uma função social balizada e restrita, por isso as críticas do autor são dirigidas com o fim de mudar a função social da mulher, destacando a contemporaneidade da tarefa de modificar o modo de pensar sobre ela.

No entanto, a urgência na transformação dessa característica não ocorre com finalidade de desenvolver uma concepção emancipatória de mulher. Sendo elas as “educadoras de homem”, como destaca o autor, a intenção de propiciar instrução – mesmo que mínima – às mulheres era um modo de melhorar a educação dos homens, desde o ambiente familiar. Garcia (2008, p. 2) explica que

[...] além da preocupação com a mulher esposa, outro fator que deveria ser colocado em evidência era a importância da mulher-mãe, responsável pela educação dos filhos. Discutia-se que se elas fossem ignorantes e supersticiosas seriam conseqüentemente mães educadoras nesta imagem e impediriam o desenvolvimento da sociedade. Desta forma, se preocupar com a maneira de educar as mulheres seria tomar consciência do papel essencial assumido por elas no seio da família.

Para serem boas educadoras de seus filhos, elas precisavam de instrução, daí inferirmos que a mulher era um elemento secundário na proposta de educação nacional de Veríssimo, pois a elas destinava-se somente a instrução mínima. No entanto, no período de publicação do livro, destacar a educação feminina como elemento estruturante para uma educação nacional não deixava de ser uma ideia inovadora, até porque vinculava - primeiramente - a educação feminina à educação do homem justificando que

[...] a mulher brasileira, como a de qualquer sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na luta da vida, criadora e primeira mestra de seus filhos, confidente conselheira natural do seu marido, guia da sua prole, dona e reguladora da economia da sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções. (VERÍSSIMO, 1985, p. 122).

Por isso, entre os papéis sociais da época, “[...] à mulher caberia o de ser ‘esposa’, ‘mãe’, ‘rainha do lar’, com atributos de docilidade, recato, fragilidade, submissão e passividade.” (DAMASCENO *et al.*, 2019, p. 572). Outro ponto criticado na obra é a educação recebida pelas mulheres nos colégios das irmãs de caridade e de ordem francesas pelo fato do autor crer que



[...] a maioria das meninas da nossa burguesia ou pseudo-fidalguia, aumenta um grau considerável esta desnacionalização da mulher brasileira, artificialmente educada numa atmosfera, sobre estrangeira, futilíssima, apesar de seu aspecto religioso. (VERÍSSIMO, 1985, p. 123).

Desse modo, as mulheres seriam mais atraídas por coisas estrangeiras e propensas a desprezar sua própria nacionalidade. Sendo assim, além de formar educadoras de homens, a educação da mulher brasileira deveria fomentar a visão feminina com caráter patriótico, a fim de contribuir para a modernização da sociedade nessa nova etapa que era a transição do regime monárquico para a República.

Diante disso, José Veríssimo ressalta que o projeto republicano exigia um novo modelo de educação para o sexo feminino, onde as heranças da educação portuguesas fossem abandonadas e fosse oferecida às mulheres uma instrução que as tirassem do estado de pouca instrução, pois, além das atribuições domésticas, a mulher possuía um papel importante na educação familiar e na construção da nova nação. Por isso, era necessário

[...] uma solida cultura do espírito, que lhe desse da vida, dos seus deveres, das suas obrigações para com a humanidade, do mundo, uma noção mais larga, mais exata, mais positiva e mais completa do que a tinham suas avós. Ora é isto que a educação nova que devemos dar á mulher, se queremos fazer dela um fator consciente da nossa evolução e da educação eficaz da nossa sociedade, há de procurar fazer. (VERÍSSIMO, 1985, p. 121).

Vale destacar que, se José Veríssimo faz críticas e propostas a respeito da educação da mulher no seu livro, não existe nada a respeito desse assunto no Regulamento Escolar de Ensino Primário de julho do mesmo ano, que foi homologado enquanto José Veríssimo era Diretor Geral da Instrução Pública. É neste sentido que destacamos uma lacuna entre a obra do autor e suas ações efetivas na política educacional brasileira no início da República, visto que não encontramos nenhum documento que demonstrasse a preocupação do autor com a educação da mulher além de seu livro.

Com base nesse texto, elaboramos a hipótese de que o autor não aborda de forma específica a educação das meninas no Regulamento de 1890 por acreditar que não existe distinção entre a educação delas e a dos meninos. Acreditamos nisso por considerar que, assim como o voto não foi explicitamente liberado para as mulheres, os benefícios para a educação feminina também não foram explicitados no texto legal, possibilitando diversas interpretações a respeito. É neste sentido que interpretamos a ausência de referências sobre a temática como um avanço, pois nossa leitura está diretamente ligada à opinião do autor a respeito do que considerava importante para meninas e, conseqüentemente, para a sociedade republicana que deveria ser modernizada.

## **COMO MUDAR A EDUCAÇÃO DA MULHER**



A mulher, embora ainda não possuísse direitos políticos naquele momento, no qual “[...] política era coisa de homem [...]” (CARVALHO, 2005, p. 91), a figura feminina era considerada na obra de Veríssimo como o “[...] mais prestantes dos cidadãos [...]” e sua instrução deveria “[...] ser integral e enciclopédica.” (VERÍSSIMO, 1985 p. 122). Porém tal instrução não tinha como objetivo torná-la erudita, mas apenas fornecer os atributos necessários para a incorporação da cultura moral e do sentimento de pertencimento à pátria por meio de conhecimentos científicos pouco aprofundados de história, geografia, literatura e cultura. Para ele,

[...] não se quer fazer dela uma sábia, nem se lhe exige que percorra e aprofunde todos os conhecimentos humanos. Bastaria que ela não ignorasse o que nos mais essenciais deles, nas ciências gerais e abstratas, por exemplo, ou sequer em cada grupo lógico dessas ciências, há de essencial para o conhecimento do mundo e direção da vida. (VERÍSSIMO, 1985, p. 122).

Outro passo importante destacado pelo autor no que se refere à oferta e melhoria da instrução oferecida às mulheres foi a criação da Escola Normal, que, embora tivesse como principal objetivo formar professoras para as escolas primárias, acabou por representar uma oportunidade para o público feminino ter acesso à educação para além do ensino primário. Para ele, essa medida teve “[...] outro efeito relevante, acabar com o sistema de clausura que até então prevalecera na educação das moças brasileiras [...]” (VERÍSSIMO, 1985, p. 125) e, além disso, muitas dessas escolas possuíam o ensino misto, o que, conseqüentemente, permitiu que as mulheres adentrassem espaços sociais que antes eram destinados somente aos meninos, por isso, “[...] é interessante notar que, independentemente dos posicionamentos ideológicos, observa-se no papel da educação da mulher um fator de mudança social.” (TAMBARA, 1997, p. 83). Portanto, entre as soluções propostas para que as mulheres pudessem ter uma instrução mais adequada na época, Veríssimo (1985, p. 126) argumenta que

[...] se nos resolvêssemos a cuidar, na verdade, da educação secundária, que é a principal, da mulher brasileira, cumpriria ou criar institutos especiais de instrução feminina, nos quais o ensino fosse uma realidade e não a fantasmagórica dos nossos programas, ou melhorar as Escolas Normais existentes, não só para que as mestras que delas saem tenham maior competência, mas para que todas as moças que queiram frequentar aprendam de fato o que ali se promete ensinar.

Entretanto, é sempre bom lembrar que mesmo que as propostas do autor fossem direcionadas para a defesa da ampliação da educação da mulher, essa preocupação era caracterizada como uma demanda derivada, ou seja, era uma tarefa que deveria ser efetivada para a realização de outro objetivo, considerado como principal. Nesse caso, o objetivo principal era a modernização do país que ocorreria por meio de homens melhor instruídos. A mulher mais capacitada passaria a exercer, com mais qualidade, a função de “educadora de homens”, e faria isso ao educar seus filhos. Nesse sentido, “[...] a instrução configura-se como algo positivo enquanto reforça a subjetividade direcionada ao papel de esposa, filha e mãe. É para o bom exercício destas funções que devia a educação das mulheres dedicar-se.” (TAMBARA, 1997, p. 81).



O capítulo “A educação da mulher brasileira” destaca bastante esse papel secundário da mulher na educação nacional, e o autor declara que é necessária a “[...] compreensão do mundo e da vida e das leis do universo, conhecimentos a que por via-de-regra são as mulheres inteiramente alheias, e no entanto indispensáveis a sua tarefa de primeiras e principais educadoras do homem [...]” (VERÍSSIMO, 1985, p. 127), de modo que deveriam ser instruídas sem a pretensão de receberem uma educação aprofundada a respeito dos conteúdos, com a finalidade de estarem capacitadas para iniciar a educação dos filhos com um grau mínimo de conhecimento a respeito dos conteúdos.

José Veríssimo era Diretor de Instrução Pública do Pará na mesma época do lançamento de seu livro, o que configura uma função de destaque no âmbito da educação paraense. É nesse sentido que suas propostas para a educação feminina representam caráter inovador para o início do período republicano. Em relação a isso, Tambara (1997, p. 78-79) destaca que

[...] o positivismo caracteriza-se por uma interpretação do papel da mulher na sociedade, de certa forma, contraditória. Ao mesmo tempo que lhe atribui um papel singular, em termos de destinar à mulher o papel de “formadora” da nova sociedade, também destina-a a uma vida de reclusão ao lar, isto é, petrifica-se uma divisão sexual do trabalho onde à mulher era destinada uma função acentuadamente “moralizadora” enquanto que ao homem cabia enfrentar as dificuldades oriundas das atividades exógenas “ao lar”.

Veríssimo busca destacar, em sua obra, que a educação feminina se faz necessária principalmente pela importância social da mulher, uma vez que é ela “[...] a primeira e imediata educadora do homem, e para educar a primeira condição é saber.” (VERÍSSIMO, 1985, p. 129). O próprio autor considera que melhorar a educação da mulher é favorecer o avanço da nação, salientando que essas mudanças sejam “[...] um modo a dar ao nosso País uma posição proeminente no mundo, assim cumpre-nos começar por melhorar o principal órgão de educação de uma sociedade, que é, evidentemente, a mulher.” (VERÍSSIMO, 1985, p. 125).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A obra escrita por José Veríssimo expõe uma ideia do papel redentor da educação como sendo a única atividade capaz de elevar o país a uma condição de progresso e modernização. Na educação estariam as bases que contribuiriam para a construção de uma sociedade moderna e civilizada, nos moldes republicanos, formando cidadãos nutridos pelo amor à pátria, sendo construída uma identidade nacional dessa forma.

A educação feminina, concebida por Veríssimo nas páginas da obra aqui tratada, estava ligada ao ideal republicano e embora aponte avanços referentes à instrução feminina, tal concepção não tinha como foco a formação de mulheres cultas, instruídas do ponto de vista político e que exercessem sua autonomia social.



Percebemos no decorrer de nosso estudo que, na concepção do autor, a mulher deveria ter acesso aos conhecimentos científicos, ainda que de forma superficial, apenas para conscientizá-la de seu papel na sociedade, uma vez que no lar esta se configurava como a primeira educadora das crianças, exercendo influência na formação moral dos filhos. Assim, a educação recebida na escola iria fornecer a ela regras de comportamentos morais, cívicos e sociais, que deveriam ser propagadas no lar, no ambiente familiar.

É nesse sentido que entendemos o papel social atribuído à educação feminina, especialmente na obra de José Veríssimo, que configura uma estratégia republicana de elevação social dos homens, sem a intenção primordial de possibilitar uma educação com qualidade para as mulheres, consideradas pelo autor como “educadoras de homens”. Esse termo em especial é capaz de sintetizar o modo como a educação era pensada, a fim de que as mulheres estudassem para ajudar o marido e para educar melhor os filhos.

Sua concepção a respeito da educação feminina baseava-se na ideia de que a mulher deveria ser educada não para construir a liberdade pessoal e de expressão cidadã, mas para desenvolver habilidades cognitivas suficientes para contribuir na formação dos filhos e na organização da família; tratava-se, portanto, de uma demanda derivada, fundada na necessidade da formação subsidiária do cidadão masculino. Desse modo, às mulheres destinava-se a função da manutenção da ordem social esperada para o Brasil na República. Aos homens, o papel de contribuir efetivamente na política e na sociedade, a fim de promover o progresso da nação.

O ideal de educação feminina exposta no texto nos fez perceber que a educação do homem era uma questão importante nesse processo de avanço social idealizado para a época e que às mulheres era destinado somente o que as elites consideravam importante para atingir esse objetivo principal - a ordem. Por outro lado, naquele período, essa nova forma de pensar sobre a mulher representou uma mudança positiva pois possibilitou a participação das mulheres na educação escolar, espaço antes pensado exclusivamente para a educação do homem.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia: José Veríssimo. **Academia Brasileira de Letras**, [on-line], [20--]. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/jose-verissimo/biografia>. Acesso em: 18 jan. 2019.

ALMEIDA, J. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

ALVES, R. L. **José Veríssimo Dias de Mattos: um crítico na direção do Gymnasio Nacional (1892-1898)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.





- BUONICORE, A. **As mulheres e a luta pelos seus direitos políticos no Brasil**. 2017. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/293929-1>. Acesso em: 20 jan. 2019.
- CANEZIN, C. C. A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 4, n. 1, p. 143-156, 2004.
- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas**: o imaginário da República do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CONSTANTINO, N. S. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 28, n. 1, p. 183-194, 2002.
- COSTA, E. **Civilizar a nação pela instrução pública**: formação de professores e ensino primário no Pará (1891-1909). 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- DAMASCENO, A. *et al.* A mulher como professora primária: um desafio profissional na Primeira República. **Retratos da Escola**, v. 12, n. 24, p. 569-584, 2019.
- GARCIA, L. C. O secundário e as mulheres: uma comparação entre Brasil e França no campo educacional. *In*: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2008.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- OLIVEIRA, K. R. **Josefina Álvares de Azevedo**: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Programa Nacional de apoio à pesquisa, 2009.
- PARÁ. **A República**. Órgão do Partido Republicano. Num. 71. 15 maio 1890.
- PINTASSILGO, J.; MOGARRO, M. J. Educação da mulher. *In*: ROLLO, M. F. (coord.). **Dicionário de história da I República e do Republicanismo** Lisboa: Assembleia da República, 2013. p. 1083-1087. v. I.
- SANTOS, A. T. dos. A construção do papel social da mulher na Primeira República. **Revista em Debate**, n. 8, 2008. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca\\_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=14404@1](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=14404@1). Acesso em: 03 mar. 2018.
- SCHELBAUER, A. R. **Idéias que não se realizam**. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914: um estudo com fontes primárias. Maringá: Eduem. 1998.
- SILVA, M.; DUTRA, M.; A concepção de educação da mulher nas casas de caridade fundadas pelo padre ibiapina (1860 - 1883). ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - ENNHE, 6., 2016, Natal. **Anais [...]**. Natal: ENNHE, 2016. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo8/submissao\\_14711226465391472992658087.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo8/submissao_14711226465391472992658087.pdf). Acesso em: 21 ago. 2018.





TAMBARA, E. A. C. A educação feminina no Brasil ao fim do século 19. **História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 67-89, 1997.

VERÍSSIMO, J. **A Educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

### Notas

---

<sup>1</sup> Doutorado em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor (a) Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). Contato: albertod@ufpa.br

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atua como bolsista de Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará (PIBIC/UFPA). Contato: luanesampaio@gmail.com